



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 10/2022 - Plenário - 20/10/2022 das 18:00h às 23:00h

Decisão: 378/2022

Referência: 2619345/2021 - Auto: 46725/2021

Interessado: C. E. G. E. L

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 20 de outubro de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Costa E Guedes Engenharia Ltda, Considerando a Res. 1.008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; Considerando que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; Considerando o art. 73 da Lei nº. 5.194/66, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; Considerando a Resolução nº 1.066, de 25 de setembro de 2015, que fixa os critérios para cobrança das anuidades, serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas registradas no Sistema Confea/Crea e o ANEXO DA DECISÃO PL-1642/2020, que estipula os valores das multas para o corrente ano: "MULTAS Os valores das multas relativas às alíneas do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, e art. 3º da Lei nº 6.496, de 1977, para o exercício 2021, constam na tabela abaixo e foram reajustados a partir dos valores praticados no exercício 2020 de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - no período de setembro de 2019 até agosto de 2021, correspondente a 2,94042%, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em seguida foi concedido o desconto equivalente ao reajuste mantendo-se os valores praticados em 2020. Considerando que cabe ressaltar o que versa a Res. 1008/04 do Confea, em seu art. 11 e parágrafo 2º, ou seja, "§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais". Considerando que é competência da Câmara Especializada decidir acerca de eventual redução de valores de multa, observados os critérios do Art. 43 da Res. 1008/2004, o qual estabelece que as multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina: "Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios: I - os antecedentes do autuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de autuação; II - a situação econômica do autuado; III - a gravidade da falta; IV - as consequências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente; e V - regularização da falta cometida. § 1º A multa será aplicada em dobro no caso de reincidência. § 2º A multa aplicada no caso de nova reincidência será igual à aplicada para reincidência, sem prejuízo do que dispõe o art. 74 da Lei n.º 5.194, de 1966. § 3º é facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica. Art. 44. A multa não paga, após a decisão transitada em julgado, será inscrita na dívida ativa e cobrável judicialmente." Considerando eventuais justificativas da defesa, se houver, se a Câmara entender cabível, o presente auto de infração poderia ser extinto nos termos da Res. 1008/04, art. 52: "Art. 52. A extinção do processo ocorrerá: I - quando a câmara especializada concluir pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; II - quando o órgão julgador declarar a prescrição do ilícito que originou o processo; III - quando o órgão julgador concluir por exaurida a finalidade do processo ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente; ou IV - quando o órgão julgador proferir decisão definitiva, caracterizando trânsito em julgado." Considerando, ainda, o que versa a Res. 1008/04 do Confea, a seguir: "Art. 47. A nulidade dos atos processuais ocorrerá nos seguintes casos: I - impedimento ou suspeição reconhecida de membro da câmara especializada, do Plenário do Crea ou do Plenário do Confea, quando da instrução ou do julgamento do processo; II - ilegitimidade de parte; III - falhas na identificação do autuado, da obra, do serviço ou do empreendimento observadas no auto de infração; IV - falhas na descrição dos fatos observados no auto de infração, que devido à insuficiência de dados, impossibilita a delimitação do objeto da controvérsia e a plenitude da defesa; V - falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração; VI - falta de fundamentação das decisões da câmara especializada, do Plenário do Crea e do Plenário do Confea que apliquem penalidades às pessoas físicas ou jurídicas; VII - falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; ou VIII - ausência de notificação do autuado. Revogado pela Resolução 1.047, de 28 de maio de 2013." Considerando que o autuado tomou conhecimento do auto de infração lavrado em 21/01/2021, por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA, em 15/03/2021, via AR, sendo-lhe conferido o prazo de 10(dez) dias para manifestação (Res. 1008/04 do Confea, art. 11, II), contado em dias corridos (Lei 9784/99, art. 66, § 2º, que rege o processo administrativo em âmbito federal. Fonte: <https://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/524602492/recurso-administrativo-238059020178080000>); Considerando a apresentação de Defesa escrita via Protocolo nº 2622386/2021 de 26/03/2021, intempestiva, visto que o prazo foi superior aos 10 (dez) dias previstos no art. 11, VIII, da Resolução 1008/2004, portanto, não deveria ser conhecida nem analisada, conforme a orientação da Procuradoria Jurídica na Manifestação 50/2019-AJUR, de 22/03/2019, que versa: "(...) as defesas e/ou recursos intempestivos não devem ser conhecidos, nem analisadas as razões apresentadas, porém é poder-dever da Administração



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

efetuar a autotutela em anular atos ilegais ou revogar atos não mais oportunos ou convenientes." Considerando que a providência requerida foi "Efetuar o registro da anotação de responsabilidade técnica de execução do termo de contrato supracitado" e assim foi feito, sendo que a defesa apresenta as ARTs AM20200222709, cadastrada em 24/08/2020, mas cujo pagamento nunca foi efetivado, logo, trata-se de um "rascunho - documento sem validade", e AM20210248363 de 22/03/2021. Com relação a esta ART cabe uma análise detalhada: 1. Contrato primitivo 23/2020 de 29/07/2020, cuja vigência é 03/08/2020 a 29/01/2021, conforme informação extraída do portal da transparência (fls. 5/25); 2. AM20210248363 registrada em 22/03/2021, indicando "Data de Início: 03/08/2020" e "Data de Fim: 20/03/2021", porém sem apresentar qualquer documento (aditivo, ordem de serviços, etc) que respaldasse o prazo declarado que extrapola o prazo original; Assim, verifica-se que a ART foi registrada sem obedecer aos trâmites previstos na Res. 1050/13 do Confea, que trata de "regularização de obras e serviços de Engenharia e Agronomia concluídos sem a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART", logo, deverá ser anulada, com respaldo no art. 25, inciso I, da Res. 1025/09 do Confea, que prevê as situações de NULIDADE DE ART, através de processo aberto especificamente para analisar sua nulidade, em obediência ao art. 26, § 1º da Res. 1025/09, leia-se: "Art. 25. A nulidade da ART ocorrerá quando: I - for verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado da ART; II - for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; III - for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado; IV - for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão; V - for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou VI - for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado. Art. 26. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART. § 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de dez dias corridos, contados da data do recebimento da notificação. § 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão. § 3º O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART." Considerando que consta a seguinte anotação no auto de infração, embasada no ANEXO DA DECISÃO PL-1642/2020, "EMBASAMENTO LEGAL DA PENALIDADE: Multa. Lei Federal Nº 5194/66, artigo 73, alínea 'a'. c/c Lei Federal Nº 5194/66, artigo 73, alínea 'a'. Multa de R\$ 703,90". Considerando que da decisão da câmara especializada o(a) autuado(a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-AM (apresentado as devidas documentações comprobatórias de eventual prorrogação de prazos de execução dos serviços); Considerando que diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo do Auto de Infração nº 46725/2021, lavrado em desfavor da pessoa jurídica CHRISTIANO QUEIROZ DA COSTA EIRELI, cuja infração refere-se a "FALTA DE REGISTRO DE ART DE AUTORIA/ EXECUÇÃO", esta Assessoria OPINOU pela MANUTENÇÃO do auto de infração em epígrafe, considerando a não regularização do fato gerador. Orienta-se ainda a CEEC para solicitar abertura de processo pela NULIDADE das ARTs AM20210248363 de 22/03/2021 devido a erros insanáveis (Res. 1025/09 do Confea, art. 25, I), pois deveria ter sido registrada dentro da vigência contratual ou após processo de ART Fora de Época; Considerando a DECISÃO 1875/2021 da reunião 27/2021 da CEEC, realizado dia 18/10/2021, que DECIDIU por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do auto de infração em epígrafe, considerando a não regularização do fato gerador. "Considerando que o recorrente tomou conhecimento em 05/11/2021 (via AR) da referida Decisão CEEC nº 1875/2021, sendo-lhe conferido o prazo de 60(sessenta) dias para manifestação (Regimento Interno do CREA-AM, art. 32), a qual ocorreu intempestivamente em 31/08/2022, conforme RECURSO protocolado sob nº 2651953/2022. Considerando que o Colegiado da CEEC decidiu pela MANUTENÇÃO do auto de infração por considerar a documentação, até então, apresentada como sendo inválida para sanar o fato gerador, uma vez que a ART AM20210248363 de 22/03/2021 deveria ter sido registrada dentro da vigência contratual ou após processo de ART Fora de Época, o que não foi feito. Considerando o recurso ao Plenário deste CREA-AM, intempestivo, por haver extrapolado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto na legislação vigente, logo, não deve ser acolhido, ainda mais por não trazer fatos novos (trata-se da mesma defesa já analisada em instância anterior, munida de documentos adicionais que só corroboram a decisão já proferida). Reitera-se ao recorrente que o saneamento do fato gerador precisa ser efetuado através de processo de solicitação de ART Fora de Época, sendo que a ART novamente apresentada neste recurso é considerada inválida por não haver cumprido as formalidades previstas na legislação vigente (Res. 1050/2013 do Confea), ou seja, não ter sido registrada após análise da Câmara Especializada." considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 46725/2021, lavrado em desfavor da pessoa jurídica CHRISTIANO QUEIROZ DA COSTA EIRELI, cuja infração refere-se a "FALTA DE REGISTRO DE ART DE AUTORIA/ EXECUÇÃO", considerando a INTEMPESTIVIDADE do recurso, bem como ausência de fatos novos se tratando da mesma defesa já analisada em instância anterior, munida de documentos adicionais que só corroboram a decisão já proferida. Assim, deve manter a penalidade aplicada (multa) corrigida na forma da lei, bem como que seja aberto processo de NULIDADE das ARTs AM20210248363, de 22/03/2021, devido a erros insanáveis (Res. 1025/09 do Confea, art. 25, I), pois deveria ter sido registrada dentro da vigência contratual ou após processo de ART Fora de Época. Decisão proferida na 559ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM Considerando o recurso ao Plenário deste CREA-AM, intempestivo, por haver extrapolado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto na legislação vigente, logo, não deve ser acolhido, ainda mais por não trazer fatos novos (trata-se da mesma defesa já analisada em instância anterior, munida de documentos adicionais que só corroboram a decisão



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

já proferida). Reitera-se ao recorrente que o saneamento do fato gerador precisa ser efetuado através de processo de solicitação de ART Fora de Época, sendo que a ART novamente apresentada neste recurso é considerada inválida por não haver cumprido as formalidades previstas na legislação vigente (Res. 1050/2013 do Confea), ou seja, não ter sido registrada após análise da Câmara Especializada.". Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Claudionildo Teles Batalha, Cosme Soares Da Rocha Neto (suplente), Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Gabriel Monte Paiva (suplente), Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Marcelo De Almeida Conceição, Mesaque Silva De Oliveira, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 20 de outubro de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário